

Congresso reabrirá com líderes perdidos e bancadas flutuantes

26 FEV 1986

Monica Yanakiew

Brasília — Com exceção do PCB, PC do B, PL e PSB — considerados partidos do “Bloco do eu sozinho” porque têm, cada qual, de um a três parlamentares — todos os partidos representados no Congresso recomençarão os trabalhos legislativos, no sábado, enfrentando o mesmo problema: os líderes não sabem quantos deputados vão liderar, quem são e o que pensam seus liderados.

Mais confusos do que os líderes, estão os seus assessores, sem os quais não se organizam reuniões partidárias nem funciona o plenário ou a burocracia do Congresso. Com a moda de parlamentar trocar de partido como se troca de roupa — que foi lançada no final de 1984, com a criação do PFL, e que se manterá até o dia 14 de maio, quando termina o prazo de filiação partidária —, os líderes e seus assessores não conseguem mais trabalhar. Não sabem, por exemplo, para quem devem mandar telegramas de convocação das reuniões de bancada e nem mesmo de quem devem descontar a contribuição que cada parlamentar é obrigado a dar ao seu partido.

Pela norma, o deputado federal ou senador que deixa um partido deve comunicar a decisão, por escrito, ao seu líder. Se quiser se filiar a outro partido, deve assinar uma ficha e comunicar seu novo destino à Mesa da Câmara ou do Senado, “Mas pergunta quem faz isso”, desabafou Sílvio Guimarães Andrade, chefe de gabinete da liderança do PDS na Câmara. “Quase ninguém comunica coisa alguma e ficamos sabendo que fulano vai pra lá e beltrano vem pra cá pelos jornais. Depois não falta quem reclame que foi chamado para a reunião errada, que teve uma contribuição indevidamente descontada de seu salário ou ainda que acabou de chegar no partido e já foi rejeitado porque ninguém se lembrou de convidá-lo para isso ou aquilo”, acrescentou.

Tendência geral

Estudos feitos pelo Congresso e pelos partidos políticos demonstram que este ano será tumultuado. Em novembro, serão eleitos os deputados federais e senadores que redigirão a nova Constituição, além dos governadores — o que faz de 1986 um dos anos de maior importância da história brasileira. Pelos estudos, ficou provado que será também um dos anos de maior renovação do Congresso (em 1982, 52% do Congresso foram renovados, e este ano a renovação deve ser de 65%, o que significa que a maioria dos atuais parlamentares não conseguirá reeleger-se).

Os motivos são vários: a inflação alta, que encareceu o custo da campanha eleitoral e que eliminará de cara os candidatos pobres, sem carisma e sem ideologia, e o desprestígio do atual Congresso, que no ano passado chocou a opinião pública com escândalos de mordomias e de deputados pianistas, votando por si e pelos outros ao mesmo tempo.

Resta ainda um motivo numérico: em 1982, com a criação do estado de Rondônia, as vagas no Senado foram aumentadas para 69 (três vagas por estado). Somente 25 vagas estavam abertas para a disputa (uma por cada um dos antigos 22 estados e as três de Rondônia), enquanto que, este ano, serão renovados os dois terços restantes do Senado. São duas vagas por cada um dos 23 estados (em Rondônia, apesar de os três senadores terem sido eleitos em 1982, somente o mais votado, Odacir Soares, do PDS, conquistou um mandato de oito anos). Além disso, o Distrito Federal elegerá três senadores e oito deputados, aumentando as 479 vagas de Câmara para 487, e as 69 do Senado para 72.

“Eu sozinho”

São três os partidos do “Bloco do eu sozinho” na Câmara: o PCB (com três deputados), o PC do B (com dois) e o PL (com um). Os dois primeiros devem sua legalização a este governo e, apesar de serem ideologicamente de esquerda, têm até hoje apoiado o presidente José Sarney.

O PL, cujo único representante é o deputado fluminense Álvaro Valle, que deixou o PFL porque queria ser candidato a prefeito do Rio de Janeiro em 1985 e não conseguiu, também apoia o governo. E mesmo se não apoiar, não fará falta. No Senado, uma novidade: o PSB passa a ser representado pelo senador Jamil Haddad, também do Rio de Janeiro, que assumiu o lugar do prefeito Saturnino Braga do PDT. Ninguém sabe qual é a sua posição, já que só começará a atuar no congresso a partir de sábado.

PMDB

Os seis partidos restantes, representados no Congresso, ainda estão às voltas com os números, calculando o tamanho de suas bancadas. E nenhum cálculo bate com o outro. Até ontem, os líderes estavam refazendo listas de presença, articulando com os descontentes de outros partidos que podem passar para os seus partidos e segurando os contentes de suas bancadas antes que mudem de idéia. Estava instalado um verdadeiro esquema de “toma lá, dá cá” no Congresso.

O PMDB, outrora o maior partido de oposição (tinha 200 deputados federais e 21 senadores em 1982), agora é o maior partido do governo, mas ainda não se deu conta disso. Está rachado entre aqueles que querem apoiar o governo sempre, os que não querem apoiá-lo nunca e os que querem ficar no meio termo. Estima-se que ele tem hoje — porque ninguém sabe os números exatos — 206 deputados federais e 26 senadores.

PFL

Criado no final de 1984, quando o PDS rachou, o PFL mantém a coerência que tinha desde a época que seus integrantes apoiavam o governo do presidente João Figueiredo: apoia o governo do presidente José Sarney, que foi um dos seus fundadores. É o partido que mais cresceu com o troca-troca. Está hoje com 104 deputados federais (mas ainda espera acrescentar aos seus quadros 10 do PDS da Bahia que seguem o ministro das comunicações, Antônio Carlos Magalhães, ex-PDS, atual PFL, quatro do PDS de Pernambuco e cinco do PDS de Sergipe — ou seja, mais 19). No Senado, tem 19 parlamentares.

O PDS, que já foi proclamado como o partido do Ocidente, perdeu quase tudo. Tinha, em 1982, 235 deputados federais e 46 senadores. Com a Nova República, ficou fazendo oposição moderada, já que não se acostumou a estar fora do poder, até o recesso parlamentar. Seu líder na Câmara, deputado Prisco Viana (BA), foi para o PMDB e acabou sendo substituído pelo deputado Amaral Netto (RJ), que promete ser mais ativo. Ele já se preparou para fazer “oposição mesmo” e em dois meses fez 35 denúncias contra o governo, todas pregadas num painel no seu gabinete. Ele espera ficar com uma bancada de 90 ou, no mínimo, 85 deputados federais, apesar de ainda ter 111 liberados na lista oficial. O PDS está com 22 senadores, mas pode perder ainda alguns.

PDT

O PDT tinha, em 1982, 23 deputados federais e um senador. Ganhou dois deputados e perdeu o senador, Saturnino Braga, que é prefeito do Rio e deixou o lugar para Jamil Haddad, do PSB. Mas a situação pode melhorar para o PDT, que aparece como uma alternativa para os progressistas do PMDB, descontentes com o governo de Sarney. Deve fazer oposição, mas não se sabe ainda exatamente a que, já que ameaçou brigar pela redução do mandato de Sarney em janeiro, ao lado do PT, mas recuou.

O PTB tinha, em 1982, 13 deputados federais e um senador, Nelson Carneiro (RJ), que deixara o PMDB, para onde voltou agora. Continua com um senador, Carlos Alberto (RN), e pode ficar com o senador Roberto Campos (PDS-MT). Ninguém sabe ao certo quantos deputados tem. Se fortaleceu com a eleição de Jânio Quadros para a prefeitura de São Paulo e fará o que sempre fez: apoiar quem lhe for mais conveniente — normalmente, o governo.

O PT continuará fazendo oposição como sempre, mas com menos gente. Dos oito deputados eleitos em 1982, restam cinco. Tem a vantagem de ser o partido mais coerente e, numa época de falta de ideologia, o de posição mais nítida.